

Editorial

Sueli Barbosa de Abreu

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais vem buscando integrar-se às necessidades do novo paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito e, para tanto, vem ajustando-se às mudanças impostas pela conjuntura desse atual Estado.

A criação, em 1992, da Escola do Legislativo evidencia uma ação parlamentar empenhada em abrir um permanente espaço acadêmico-institucional de pensar sobre os fins e os propósitos do Poder Legislativo e o de criar, sistematizar e difundir o conhecimento especializado capaz de dar suporte à atuação parlamentar. É um espaço de reflexão democrática e de formação técnico-legislativa.

Os complexos e contraditórios interesses que envolvem as questões com que se defronta o Poder Legislativo exigiram uma intensa mobilização institucional, no sentido de desenvolver uma escola atípica, peculiar à própria dinâmica dos trabalhos parlamentares, cujas atividades pedagógicas dependem de uma estrutura ágil e flexível, pronta a responder à diversidade de assuntos submetidos à Casa das Leis.

Na persecução do constante aprimoramento, a Escola vem assumindo cada vez mais sua aptidão acadêmica, desenvolvendo suas tarefas no âmbito das Coordenadorias de Ensino e de Pesquisa e Extensão. Os Cadernos da Escola do Legislativo integram a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão e constituem uma publicação semestral que se propõe a ser um campo de estudo aprofundado sobre a realidade sociopolítica e cultural, promovendo um diálogo entre o Parlamento e as instituições acadêmicas.

Estamos editando o volume número 4 dos Cadernos do Legislativo, o qual, não apenas dá continuidade às publicações anteriores, mas também traz novidades editoriais, passando, a partir desta edição, a conter maior diversidade temática. Assim, os conteúdos das seções abrangerão, além de assuntos vinculados às Ciências Políticas e Sociais, Filosofia e História, outros, como os da Ciência do Direito, da Arte e da Literatura e uma seção específica para tratar de assuntos peculiares ao processo legislativo. As novas seções intituladas Pensamento Jurídico, Arte e Política e Seção Legislativa são destaques deste volume.

E nítida a grande influência de matéria jurídica nos trabalhos legislativos, donde ser inevitável a preocupação de trazer questões sob esse ponto de vista. O artigo do Prof. Raffaele de Giorgi valoriza a instalação da nova seção, pois a monografia, decomposta em três subtemas, demonstra a capacidade de perspicácia do autor em traçar um liame entre Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporânea, título da monografia.

Estas relações intrincadas perpassam pela atuação do Parlamento e pela opinião pública na democracia, pelos problemas da governabilidade democrática e pelas perspectivas do Estado e Direito no fim do século. O autor conduz a um enfeixe de idéias bem representado pela seguinte parte de seu texto: "Está na moda falar-se de globalização. Nós preferimos falar de sistema compreensivo da sociedade moderna. Este sistema vê a si mesmo em relação ao futuro: um futuro que se produz continuamente sempre de modo distinto. Esta autopercepção coloca a sociedade na condição de uma contínua auto-irritação. O futuro parece arriscado porque sempre pode ser diferente. O direito fornece estabilidade e certeza artificiais e contingentes, assim como o faz o Estado, que organiza a comunicação entre a política e o direito".

Dentro da metodologia proposta pelo jurista, esta consolidação de idéia servirá, certamente, para gerar novas alternativas num processo interminável de outras conclusões. O que se constata em todo o texto é a necessidade da política e da democracia manterem-se atentas para não perderem a capacidade de oferecer respostas aos interesses dos ambientes sociais que surgem de forma constante dentro de uma sociedade complexa e contraditória.

Ainda em destaque as novidades editoriais, há de se salientar a contribuição enriquecedora do artigo de Silviano Santiago, homem de literatura, crítico, escritor e ensaísta dos mais renomados, cujo texto, permeado de poesia, é uma gratificante inovação em nossa linha editorial e nos leva a refletir sobre os laços - nem sempre perceptíveis - entre a política e a arte.

Não poderíamos deixar de enfatizar a inauguração da Seção Legislativa que veio ao encontro do anseio do conselho editorial em trazer para os Cadernos da Escola relevantes questões diretamente vinculadas à atuação parlamentar. Neste passo, nada mais oportuno que o artigo do constitucionalista espanhol Dr. Angel LUÍS Alonso de Antônio, que trata de "As Relatorias no Procedimento Legislativo". O articulista pretende aguçar o leitor para a importância de bem compreender o processo legislativo. O estudo do interlegislativo deve ultrapassar o interesse pelo aspecto meramente formal para alcançar, em verdade, o significado, a pretensão incutida em cada norma. Discorre sobre a fundamental importância da relatoria, entendido como tal o trabalho desenvolvido dentro das Comissões, em que se destacam as fases do informe técnico e da discussão e votação do parecer pelos parlamentares. A preocupação primordial do autor recai sobre o destino das relatorias, que abrange a dita tarefa de cunho técnico-jurídico e a deliberação política da matéria em discussão. Destaca-se que a inquietação aduzida pelo mestre ibero encontra ressonância na Assembléia de Minas, que, com o instrumento das Análises Prévias elaboradas pela Escola do Legislativo, coloca à disposição dos Deputados pontos de atenção de natureza técnica que envolvem o conteúdo das propostas legislativas, oferecendo, assim, instrumento processual de valia para os debates.

As considerações enfocadas nas novas seções traduzem, enfim, que os Cadernos permanecem com a feição acadêmica e a densidade científica que lhes são próprias, contudo ganham maior precisão temática ao conquistar um espaço mais abrangente e mais adequado à compreensão do Poder Legislativo e do papel que lhe cabe dentro da sociedade.